

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 528 - Brasília, segunda-feira, 25 de agosto de 1997

Comissões discutem Previdência, renda mínima e Amazônia

Pauta movimentada desta semana inclui ainda a instalação de uma subcomissão da CAE para examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais



Lúdio, ao centro, conversa com Tebet, Amin e João Rocha, após o seu discurso em plenário

As comissões têm pauta movimentada esta semana. Hoje e amanhã, em Belém, a Comissão Especial da Amazônia promove um debate sobre o desenvolvimento econômico e social da região com a presença de governadores, ministros e prefeitos, entre outras autoridades. Na quarta-feira, a Comissão de Justiça vota a nova versão da reforma da Previdência. A Comissão de Assuntos Econômicos, que começa a debater os incentivos fiscais concedidos às empresas pelos governos estaduais, aprecia na quinta-feira a indicação de dois diretores para o Banco Central. A Comissão de Educação realiza amanhã um debate sobre a renda mínima. **Página 2**

Lúdio faz apelo para evitar mortes pela terra

O senador Lúdio Coelho dirigiu um apelo às autoridades para que não permitam que "brasileiros comecem a matar-se com aviso prévio". Ele se referiu às ameaças trocadas entre representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) e da União Democrática Ruralista (UDR) em torno da luta pela terra. O senador teme que os problemas provoquem um conflito nacional, "pela falta de informações dos envolvidos e por negligência dos poderes constituídos". Lúdio alertou para o risco de destruição da estrutura agrária do país, que "garante alimento barato" à população. **Página 3**

Tebet: hidrovias não agredirá o Pantanal

PÁGINA 4

Lobão: direitos de mutuários devem ser assegurados

PÁGINA 4



Francelino: pecuária e agricultura da região são afetadas pela seca

Francelino quer Jequitinhonha na Sudene

O senador Francelino Pereira fez um apelo à Câmara dos Deputados para que aprove o projeto de autoria da senadora Júnia Marise incluindo o Vale do Jequitinhonha na área jurisdicionada pela Sudene.

Francelino afirmou que aquela região,

cujas agricultura e pecuária são constantemente afetadas pelas secas, "não dispõe de uma só agência federal de desenvolvimento, ao contrário da área mineira do Polígono das Secas, que conta com agências da Sudene, Codevasf, Dnocs e BNB, bem estruturadas". **Página 4**

Semana movimentada terá audiência pública sobre renda mínima e debate sobre os incentivos oferecidos às empresas pelos estados

Pauta das comissões inclui Previdência e nomes para BC

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), vota nesta quarta-feira (dia 27), às 10h, a nova versão do substitutivo do senador Beni Veras (PSDB-CE) à proposta de emenda constitucional da reforma da Previdência, elaborada em parecer sobre as 49 emendas apresentadas em plenário. No novo substitutivo, Beni Veras acolheu integralmente cinco emendas e, parcialmente, 10. As outras 34 foram rejeitadas pelo relator.



Beni, relator da Previdência

BANCO CENTRAL
Sob a presidência do senador José Serra (PSDB-SP), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprecia na quinta-feira (dia 28), às 10h, as mensagens do presidente da República com a indicação dos nomes de dois diretores do Banco Central: Sérgio Darcy da Silva Alves, para a Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro, e Demosthenes Madureira, de Pinho Neto, para a Diretoria de Assuntos Internacionais.

Amanhã, às 17h30, a CAE instala uma subcomissão com a finalidade de examinar a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais.

RENDA MÍNIMA

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Joel de Hollanda (PFL-PE), realiza amanhã, às 18h, audiência pública para discutir o projeto de lei da Câmara autorizando a concessão de apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem programa de garantia de



Serra, presidente da CAE

renda mínima associado a ações sócio-educativas. Na quarta-feira (dia 27), às 10h, a comissão deve discutir e votar a proposição.

A audiência deverá contar com a participação do governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque; do professor da FGV Antônio Maria da Silveira; dos pesquisadores do Ipea Lena Lavina e Andre Urani; do ex-prefeito de Ribeirão Preto Antonio Paloci; da pesquisadora da Unicamp Sônia Draibe; e do pesquisador da FGV Samir Cury.

Comissão da Amazônia faz seminário hoje e amanhã em Belém

A Comissão Especial da Amazônia, presidida pelo senador Nabor Júnior (PMDB-AC), realiza hoje e amanhã, em Belém, o seminário "Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia".

O evento faz parte dos propósitos da comissão de estabelecer compromissos entre o governo federal, o Congresso Nacional e a sociedade civil para concretizar políticas de desenvolvimento sustentável na região.

Os trabalhos serão instalados às 8h de hoje, quando será apresentado painel sobre "Emprego e Renda; Industrialização; Financiamentos e Incentivos Fiscais", tendo como expositor o ministro da Fazenda, Pedro Malan, e como debatedores o governador de Roraima, Neudo Ribeiro Campos, o prefeito de Manaus, Alfredo Pereira do Nascimento, o superintendente da Sudam, José Guedes Tourinho, entre outros.

À tarde, a partir das 14h30, o painel será sobre o "Desenvolvimento, Meio Ambiente e Exploração Florestal", sendo expositor o ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause. Entre os debatedores, destacam-se os governadores de Rondônia, Valdir Raupp, do Amapá, João Capiberibe, e o prefeito de Palmas (TO), Manoel Odir Rocha. Amanhã, os trabalhos têm prosseguimento com a presença dos ministros da Reforma Agrária, Raul Jungmann, e do Planejamento, Antonio Kandir.



Nabor preside os trabalhos

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado.

COMISSÃO

8h - Comissão Especial da Amazônia
Pauta: Seminário "Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia". Auditoria da Sudam em Belém - PA

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Terça-feira (26.08.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
Pauta: Discussão em turno único *PLC nº 75/93, que acrescenta dispositivos ao art. 20 da Lei nº 8.036/90, para permitir a movimentação da conta vinculada ao FGTS do aposentado

Quarta-feira (27.08.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
O tempo destinado à Hora do Expediente será dedicado a homenagear o 43º aniversário de falecimento do presidente Getúlio Vargas.
Oradores inscritos: Senadora Emília Fernandes, senadores Valmir Campelo, Abdias Nascimento, Carlos Bezerra, Pedro Simon, Sebastião Rocha e Ronaldo Cunha Lima

Ordem do Dia: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Projeto de Resolução nº 83/97, que denega autorização ao município de Osasco para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Município de Osasco (LFTMO), cujos recursos seriam destinados ao giro de sua dívida mobiliária com precatórios no 1º semestre de 1997; e "PEC nº 2/96, que trata da criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios.

Quinta-feira (28.08.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado
Pauta: Discussão em turno único do "PLC nº 25/95, que dispõe sobre a criação de Área de Proteção Ambiental - APA no distrito de Joaquim Egídio, município de Campinas, estado de São Paulo

Sexta-feira (29.08.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (26.08.97)

8h - Comissão Especial da Amazônia
Pauta: Continuação do seminário "Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia". Auditoria da Sudam em Belém - PA

17h - Comissão Parlamentar sobre o Fenômeno "El Niño"

Pauta: Apresentação e votação do roteiro de trabalho. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djaba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado

Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211

Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br



Emília é a relatora do projeto

Plenário vota amanhã FGTS de aposentado

O plenário votará amanhã projeto que autoriza aposentado que tenha retornado ao trabalho em empresa a movimentar sua conta do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Se aprovada, a proposta vai à sanção do presidente da República, pois já recebeu aprovação dos deputados. A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) é a relatora do projeto.

A primeira hora da sessão de amanhã será dedicada a homenagear o ex-presidente Getúlio Vargas pelo 43º aniversário de sua morte. Estão inscritos para discursar os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Emília Fernandes (PDT-RS), Valmir Campelo (PTB-DF), Abdias Nascimento (PDT-RJ), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).

Jornal do Senado faz sucesso na Bienal do Rio

Foi grande a procura pelo *Jornal do Senado* na VIII Bienal do Livro do Rio de Janeiro, principalmente por professores da rede oficial. Muitos usaram exemplares distribuídos na feira em trabalhos de classe no 2º grau. Os professores pediram assinatura do jornal pela linha direta com o Senado - (0800 61 22 11).

Além do *Jornal do Senado* - cujos textos são produzidos pela Agência Senado - os professores receberam um exemplar da Constituição, um livro de biografias dos senadores do Rio de Janeiro e um impresso que explica como tramita um projeto de lei ordinária no Congresso Nacional. O estande do Senado recebeu cerca de 3 mil visitantes por dia.

Ameaças de parte a parte entre MST e UDR preocupam o senador, que gostaria do envolvimento dos três Poderes da República na questão agrária

Lúdio teme guerra fratricida pela terra

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) apelou em plenário, sexta-feira, aos presidentes da República, do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional para que "assumam sua responsabilidade e não permitam que brasileiros comecem a matar-se com aviso prévio". Ele se referia às ameaças trocadas entre representantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra) e da UDR (União Democrática Ruralista), em torno da reforma agrária.

Para Lúdio, essas ameaças podem degenerar em conflito nacional, sobretudo por falta de informação dos envolvidos e por negligência dos Poderes da União. O senador disse que a estrutura agrária do país, que garante alimento barato atualmente, corre o risco de ser destruída. Ele lamentou que trabalhadores sem terra considerem possível viabilizar uma pro-

dução agrícola na base de instrumentos toscos, quando muitos equipamentos de cultivo já são hoje movidos via informática.

- Como pensar em reforma agrária trabalhando com foice e enxada? As gerações futuras sequer conhecerão a foice. E esse pessoal não sabe sequer pôr cabo numa enxada - argumentou.

Lúdio Coelho reconheceu os esforços do presidente Fernando Henrique Cardoso para sanar a questão fundiária no Brasil, mas observou que os ânimos só têm-se acirrado com o passar do tempo. Para ele, é fundamental que a nação brasileira, mediante seus poderes constituídos, defina o que deseja a esse respeito. "A reforma agrária que se pretende não tem nada a ver com produção agrícola", disse ainda o senador, reportando-se ao discurso dos sem-terra.

Na opinião de Lúdio, "os Poderes da República não têm o direito de se omitir, e não é possível que os presidentes desses Poderes aceitem uma luta entre irmãos da UDR e do MST". Ele considerou de extrema gravidade que essa luta seja previamente anunciada, e lastimou que muitos se esqueçam de que, no passado, a agricultura foi responsável por valiosas divisas econômicas para o Brasil. Foi da agricultura que vieram os recursos para a industrialização, explicou.

Outra questão apresentada pelo senador se relaciona ao fato de saber se o Brasil deseja para o campo uma justiça diferente da aplicada na cidade. Em sua opinião, assim como a sociedade não aceita a invasão de imóveis urbanos, não pode considerar a ocupação de propriedades rurais uma solução para a reforma agrária. Ele disse que, no Pontal do



Lúdio: omissão é muito perigosa

Parapanema, há propriedades cultivadas há séculos e agora ameaçadas de invasão por quem nunca plantou na região.

Em aparte, o senador Edisson Lobão (PFL-MA) disse que há o risco de o Brasil desorganizar sua produção agrícola com esses movimentos de sedição.

Francelino repele insinuação de irregularidade

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) disse sexta-feira ser prática legal, autorizada por norma explícita da Mesa do Senado, o trabalho permanente, a seu serviço, em Belo Horizonte, de duas funcionárias de seu gabinete. Ele repudiou noticiário desabonador sobre o fato e explicou que as servidoras cumprem suas obrigações na sede do PFL em razão de ser esse o único local de trabalho de que dispõe naquela cidade, onde permanece pelo menos três dias da semana, incluindo sábado e domingo.

- Imprescindível, portanto, que conte com auxiliares de confiança, em regime de tempo integral. Todo o expediente administrativo e de comunicação, decorrente da minha ação política, lá se desenvolve, a exigir pronta atenção - afirmou o senador. Quanto ao Partido da Frente Liberal, que preside em Minas Gerais, Francelino ressaltou que a organização possui há mais de cinco anos estrutura administrativa e

quadro de pessoal próprios, não dependendo, portanto, "de pessoas estranhas" para o cumprimento das suas tarefas.

Francelino Pereira destacou que durante toda sua atividade pública tem sido atingido por "repugnante noticiário". Isso, entretanto, não diminui a confiança dos mineiros, que conhecem sua vida "pautada pela rigorosa e obsessiva obediência aos princípios éticos e morais".

- Minas e os mineiros sabem: trabalho todos os dias,

inclusive nos fins de semana, sem repouso, sem férias, desenvolvendo pesada mas gratificante tarefa de atender ao vasto mundo que é meu estado, com seus quase 900 municípios, sem descuidar das nossas responsabilidades nas articulações políticas a nível nacional - garantiu.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) expressou sua solidariedade, dizendo que Minas Gerais e o Brasil conhecem a honestidade, a integridade e a dedica-

ção de Francelino Pereira à causa pública.

O senador João Rocha (PFL-TO) registrou "a marca da honestidade, da sinceridade e da transparência" deixada por Francelino nos cargos públicos que ocupou: "um comportamento político que serve de modelo para todos nós que exercitamos a vida pública", afirmou. O senador Esperidião Amin (PPB-SC) também apresentou sua solidariedade.



Parga: orgulho de correligionário

Bello Parga: "Ele contestou amplamente as acusações"

Em discurso posterior, o senador Bello Parga (PFL-MA) afirmou que Francelino Pereira "contestou amplamente as acusações da imprensa" sobre o uso indevido de verbas do Senado no pagamento de funcionárias em Belo Horizonte.

Bello Parga destacou a qualidade das explicações ofere-

cidas por Francelino e garantiu que os brasileiros "não se deixaram levar pelo noticiário inverídico". Ele afirmou que serão reconhecidas sempre a correção de atitude e a respeitabilidade com que o senador mineiro age na vida pública. E declarou-se orgulhoso por tê-lo como correligionário na Frente Liberal.

O senador questiona se, por trás do debate, não está a intenção de atrasar o ingresso competitivo do Brasil no mercado mundial

Tebet suspeita da polêmica sobre hidrovias no Pantanal

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) garantiu sexta-feira que, ao contrário do que afirmam preservacionistas, a navegação para transporte de carga ao longo dos rios Paraná e Paraguai não agredirá o meio ambiente nem provocará desequilíbrios ecológicos na região do Pantanal.

Para ele, cabe indagar se essa polêmica não responde a interesses voltados "para atrasar ainda mais a inserção competitiva do Brasil no mundo internacional, ameaçando posições hegemônicas de outros países".

Ele é de opinião que o Fórum Internacional sobre a Hidrovia Paraguai-Paraná, que acontece em Campo Grande, é muito oportuno, em meio a controvérsias sobre os impactos econômicos, sociais e ambientais do projeto.

Conforme salientou, o fórum é promovido pela Agência de Desenvolvimento de Mato Grosso do Sul, com o apoio dos governos daquele

estado e de Mato Grosso, além de entidades públicas e privadas nacionais e internacionais. O fórum também conta com a presença de autoridades do Paraguai, Argentina, Uruguai e Bolívia.

Tebet considera que o problema maior, detectado pelo Ministério dos Transportes, está no assoreamento do trecho Cáceres-Corumbá, de 680 km, objeto de dragagem para retirada dos sedimentos acumulados. Ele se referiu a estudos feitos por Carlos Eduardo Tucci, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que pesquisa o Pantanal há dez anos e verificou que, no período de enchente, cerca de 300 toneladas de sedimentos são deslocadas, 40 das quais levadas pelas águas, sendo que todo o restante vai se acumulando no fundo dos rios. A dragagem, assinalou Tebet, "não implica rebaixamento da cota do rio Paraguai, o principal ponto de questionamento da hidrovias".



Tebet: ambientalistas errados

Os rios Paraná e Paraguai são utilizados para navegação desde o descobrimento do país, argumentou, lembrando que o objetivo da hidrovias é o de "viabilizar a navegação, com segurança, durante as 24 horas do dia", com redução de 50% no custo do frete de produtos agrícolas do Centro-Oeste brasileiro.

Ao destacar que a hidrovias é o meio de transporte mais preservacionista, Ramez Tebet salientou que, hoje, o desenvolvimento auto-sustentável é parâmetro inquestionável.

Mineiros lutam por inclusão do Jequitinhonha na Sudene

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) manifestou sexta-feira confiança de que seja aprovado na Câmara dos Deputados o projeto de autoria da senadora Júnia Marise (PDT-MG) que inclui o Vale do Jequitinhonha na área jurisdicionada pela Sudene.

Francelino afirmou que aquela região, cuja agricultura e pecuária são constantemente afetadas pelas secas, "não dispõe de uma só agência federal de desenvolvimento, ao contrário da área mineira do Polígono das Secas, que conta com agências da Sudene, Codevasf, Dnoes e BNB, bem estruturadas e operando com eficiência".



Francelino: negociações na Câmara

Estou convencido de que o caminho para a recuperação do Jequitinhonha passa, obrigatoriamente, pela inclusão do seu território na área jurisdicionada pela Sudene. Somente assim o desenvolvimento se fará de forma planejada e eficaz, com o estabelecimento de fluxos permanentes de recur-

sos públicos e privados para investimentos, especialmente por meio de incentivos fiscais - acrescentou.

Já aprovado no Senado, o projeto tramita em caráter de urgência na Câmara e, de acordo com o senador, deverá ser incluído na pauta da primeira semana de setembro, conforme lhe assegurou o presidente da Casa, deputado Michel Temer.

Francelino afirmou que o líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, liberou a bancada de Minas para a votação da matéria. "Estaremos todos nos articulando para sensibilizar as lideranças dos demais partidos", disse.

Lobão pede nova Lei de Falências

O senador Edison Lobão (PFL-MA) cobrou do governo solução para a crise da Encol e sugeriu ao presidente da República que envie ao Congresso medida provisória modificando a Lei de Falências, de modo a assegurar os direitos dos mutuários. Ele disse que já tramita na Câmara projeto do Executivo sobre o assunto e considerou que a utilização de um mecanismo legal de efeito imediato, nesse caso, atenderia ao legítimo interesse da sociedade.

Dir-se-á que não se deve alterar uma lei dessa magnitude para resolver o problema de uma empresa. Não se trata de uma empresa, trata-se de uma situação que envolve um quarto de milhão de pessoas. Na medida em que a lei for alterada, beneficiará não apenas a Encol ou seus funcionários e credores. Servirá como sinalização para tudo quanto ocorrer no



Lobão: apoio aos mutuários meio empresarial daqui por diante.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) esclareceu que o projeto que modifica a lei falimentar propõe regras para que empresas cujas falências tenham sido decretadas possam, diante de determinadas condições, provar que o melhor para a empresa e para os credores é a continuidade dos negócios. A seu ver, a medida, apesar de apresentar condições rígidas, poderá beneficiar não apenas os mutuários da Encol, mas muitas firmas em processo falimentar.

Retirado projeto sobre esterilização

Diante da derrubada, pelo Congresso, do veto presidencial a dispositivos da lei do planejamento familiar, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) solicitou o arquivamento de projeto de sua autoria que restabelecia partes vetadas, especialmente a esterilização gratuita, pela rede pública de hospitais, de homens e mulheres com mais de 25 anos de idade ou com dois filhos.

Patrocínio, que é médico, foi co-autor da lei do planejamento familiar, resultante dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que examinou a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil. Por sua atuação na CPMI e no plenário, tem recebido cartas e telefonemas de congratulações de diversas entidades engajadas na luta em defesa do planejamento familiar.

Nas mensagens que Patro-



Patrocínio: cartas de apoio

cínio recebe, as entidades afirmam que, finalmente, a legislação brasileira abordou o tema de modo abrangente, o que, a curto prazo, reduzirá em muito o número de mortes por aborto no país. De acordo com informações do gabinete do senador, tais instituições consideram que, a médio prazo, a maternidade no país será mais consciente, o número de menores abandonados diminuirá e haverá menos pobreza no país.